

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Eletrobrás deve ficar com dívida de empresas](#) 6

Valor Econômico

[Título: Justiça derruba maior liminar na disputa sobre risco hidrológico](#) 22

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petrobras vai divulgar preço da gasolina nas refinarias	3
Título: TCU vai analisar privatização da Eletrobras	4
Título: Pré-candidato do PSDB, Alckmin defende privatizar Petrobras	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Eletrobrás deve ficar com dívida de empresas	6

Título: Petrobrás deve cumprir metas, diz Parente	7
Título: PF aponta prejuízo da Petrobrás na venda da Triunfo	8
Título: Preço do petróleo ajuda a derrubar Bolsa em 1,34%	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Petrobras pode ser vendida, diz Alckmin.....	12
Título: Cartel impede redução no preço do combustível, diz Moreira Franco	14
Título: Petrobras afirma que ainda é cedo para falar de preço de Pasadena.....	15
Título: Conselho da estatal volta a ter sindicalistas	17
Título: Com grupo desclassificado, PPP de luz em SP terá nova batalha judicial	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: Nova política da gasolina	20
VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: Governo discute com Cade medidas para combater cartelização de combustíveis ...	21
Título: Justiça derruba maior liminar na disputa sobre risco hidrológico	22
Título: IPCA fechou janeiro com leve desaceleração, dizem analistas	23
Título: Chuvas esperadas pelo setor elétrico ficam abaixo da média	25
Título: Indicador do BC mostra alta nos preços de commodities	25
Título: Alckmin propõe privatização de partes da Petrobras.....	26
Título: Setor de energia solar dos EUA perde postos de trabalho	28
Título: Cade aprova aquisição da Votorantim pela Arcelor	28
Título: Destaques	30
Título: Petrobras deve manter venda de ativos após atingir meta.....	32
Título: Sócias de Braskem aceleram processo para oferta global.....	33
Título: Usiminas deve ter balanço melhor	35
Título: PPP de iluminação segue incerta	36
Título: Destaques	37
Título: Petrobras retoma patamares de 2014 e analistas veem mais ganhos à frente	37
Título: Conselho autoriza novo recurso da Fazenda em disputa com a CSN	40

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / Bruno Rosa****Título: Petrobras vai divulgar preço da gasolina nas refinarias**

Objetivo da estatal é mostrar que não tem culpa de as reduções não chegarem ao consumidor.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem que, após o carnaval, a empresa vai alterar a forma de informar as variações dos preços da gasolina e do diesel ao mercado, como o colunista Ancelmo Góis antecipou em sua coluna no GLOBO. Segundo ele, a estatal passará a divulgar o preço de venda dos combustíveis nas refinarias em reais e por litro. O objetivo da Petrobras é mostrar que não tem culpa de as eventuais reduções de preço nas refinarias não estarem chegando aos preços finais para os consumidores. — Queremos dar mais transparência. Hoje divulgamos o percentual médio na porta da refinaria. Agora, vamos dizer qual é o preço médio na porta da refinaria. Essa mudança começa a valer na segunda-feira após o carnaval. A Petrobras não tem condição de definir os preços. Hoje existe um movimento de alta no mercado internacional — disse Parente, em referência ao valor do petróleo no mercado externo.

A Fecombustíveis, que reúne os postos revendedores do país, afirmou, em nota, que os responsáveis pelas altas dos preços dos combustíveis são a metodologia de reajustes adotada pela Petrobras e o aumento dos impostos. Parente destacou ainda que a empresa deve anunciar em três meses o resultado das conversas com um parceiro estratégico para construir a refinaria do Comperj, em Itaboraí. Ele disse que, semana passada, teve uma reunião “positiva” com essa empresa. Perguntado se era a chinesa CNPC, o executivo preferiu não comentar. — Não gosto de falar de prazos, mas espero ter novidades em três meses (sobre o Comperj). Essa parceria no Comperj tem uma visão ampla, que inclui a revitalização e a otimização do parque de refino no Rio — disse Parente.

MAIS US\$ 5 BI POR PRECAUÇÃO

O presidente da Petrobras destacou ainda que, em breve, deve anunciar o modelo de parcerias para o setor de refino no país. Isso porque, segundo ele, a busca de parceiros até agora se mostrou complexa, uma vez que as refinarias

estão incorporadas na holding Petrobras. — Mas está mantida a busca por parceiro — afirmou ele. Parente esclareceu que aumentou em US\$ 5 bilhões a carteira total de ativos que podem ser vendidos por uma questão de precaução em caso de o preço do petróleo cair no mercado internacional. Para os anos de 2017/2018, a meta de venda está mantida em US\$ 21 bilhões. Desse total, foram vendidos US\$ 4,5 bilhões no ano passado. O executivo explicou que o “ponto X” é quando o preço do petróleo ficar abaixo de US\$ 62,4 por barril. Hoje, está em torno de US\$ 70: — Os US\$ 5 bilhões adicionais são uma das medidas da nossa caixa de ferramentas em caso de o preço do petróleo cair.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: TCU vai analisar privatização da Eletrobras

Ministro Vital do Rêgo pediu avaliação do órgão sobre valores e prazos.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo pediu que a área técnica do órgão faça uma auditoria no processo de privatização da Eletrobras para verificar se a arrecadação prevista para o Tesouro (R\$ 12,2 bilhões) é condizente com o tamanho da empresa. O ministro também quer saber se o tempo em que o governo pretende concluir esse processo e as demais privatizações programadas para 2018 é suficiente para que o TCU as fiscalize adequadamente. Vital do Rêgo lembrou que o governo quer finalizar neste ano 75 privatizações e concessões. A privatização da Eletrobras será por meio de um aumento de capital mediante subscrição pública de ações, sem que a União acompanhe esse movimento.

Assim, investidores privados pagarão para aumentar sua fatia na empresa. “A estipulação de um valor mínimo de venda depende de estudos técnicos e financeiros relacionados à atividade da empresa, bem como a expectativa de lucro que ela pode gerar, entre outros parâmetros. Contudo, (...) em 30/9/2017, a estatal possuía R\$ 171,35 bilhões a título de ativo total e R\$ 46,83 bilhões de patrimônio líquido”, considerou. A dívida bruta da Eletrobras no terceiro trimestre de 2017 era de R\$ 44,7 bilhões, R\$ 900 milhões a menos do que no mesmo período de 2016. No acumulado dos nove primeiros meses do ano passado, o lucro da estatal ficou em R\$ 2,272 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Maria Lima e Patrícia Cagni

Título: Pré-candidato do PSDB, Alckmin defende privatizar Petrobras

Em resposta a FH, que elogiou Luciano Huck, governador diz não ser ‘showman’.

O governador de São Paulo e pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, defendeu ontem a privatização de “inúmeras áreas da Petrobras” e até de toda a estatal no futuro. A sugestão foi rebatida pelo presidente da empresa, Pedro Parente, que apontou um “efeito perturbador” na discussão desse tema no momento. Na campanha presidencial de 2006, na qual foi o candidato do PSDB, Alckmin foi acusado de querer privatizar as maiores empresas estatais do país, como Petrobras, Caixa Econômica Federal e Correios, e, para negar tal intenção, chegou a aparecer na TV trajando colete e boné com os logotipos das empresas. A declaração sobre as privatizações foi feita para representantes dos Sindicatos das Indústrias de todo o país. Ao ser questionado sobre planos focados na redução do número de estatais, Alckmin afirmou ser “totalmente favorável” à transferência das empresas para a iniciativa privada:

— Claro que muitos setores da Petrobras devem ser privatizados. Inúmeras áreas da Petrobras que não são o core (coração), o centro do objetivo principal, tudo isso pode ser privatizado. E se tivermos um bom marco regulatório, você pode até, no futuro, privatizar tudo, sem nenhum problema. O presidente da Petrobras reagiu à declaração do tucano afirmando que uma discussão sobre a venda da estatal não é do interesse da empresa. — Não é uma discussão que faça sentido nesse momento. Estamos aqui engajados na execução do plano estratégico, que é fundamental para a redução da alavancagem (endividamento). Então, sob o ponto de vista da Petrobras, a discussão de uma eventual possibilidade de privatização teria um efeito perturbador muito grande — disse Pedro Parente.

“PICOLÉ DE CHUCHU”

Alckmin também ironizou as manifestações recentes do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem apontando o nome do apresentador Luciano Huck como boa opção para “arejar” a política. Fernando Henrique também tem dito que Alckmin precisa se viabilizar como candidato do PSDB à Presidência. — Eu não sou showman, já me apelidaram até de picolé de chuchu. Quem quiser ver show, tem esse gênio que é o Tom Cavalcante, não é? Nós precisamos é resolver problemas. Parar com essa briga. Resolver, fazer o país funcionar. Nós não somos eleitos para ficar nessa ribalta. Nós somos eleitos para resolver os problemas do povo de maneira rápida, eficiente, para o país poder andar — disse Alckmin. Questionado sobre como convenceria o expresidente de que é a melhor opção, respondeu:

— Se esse for o problema, está resolvido. Foi o Fernando Henrique que insistiu para eu ser presidente do partido com o objetivo de ser candidato. O

governador chegou a Brasília na terça-feira à noite e teve várias reuniões políticas até a tarde de ontem. Em uma delas, da Executiva Nacional do PSDB, definiu-se que no dia 4 de março serão realizadas as prévias do partido, nas quais Alckmin enfrentará, na condição de favorito, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio. O prefeito de São Paulo, João Doria, defendeu que as prévias para definir o candidato ao governo de São Paulo sejam feitas na mesma data. Apesar de ser um dos cotados, Doria ainda não decidiu se disputará o cargo no estado. O ex-senador José Aníbal já colocou seu nome nessa disputa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Eletrobrás deve ficar com dívida de empresas

Governo quer que estatal assuma débito de R\$ 19,7 bilhões de seis distribuidoras.

O governo vai recomendar à Eletrobrás que assuma toda a dívida de suas seis distribuidoras, que chega a R\$ 19,7 bilhões. As dívidas têm sido um dos maiores entraves para a venda dessas subsidiárias – o primeiro passo para a posterior privatização da própria estatal de energia. Analistas avaliam que assumir a dívida agradaria a investidores interessados em assumir a operação das empresas, que ficariam com ativos completamente "limpos".

A ideia inicial era que a Eletrobrás assumisse os débitos, mas a estatal avaliou que seria melhor dividir a conta com as empresas a serem privatizadas. Pela orientação de voto feita pela diretoria da empresa no início de janeiro, a empresa ficaria com R\$ 11,2 bilhões dessa dívida e deixaria com as subsidiárias os outros R\$ 8,47 bilhões de uma disputa envolvendo fundos setoriais. A União, no entanto, foi contra essa proposta.

Para os ministérios da Fazenda, Planejamento e **Minas e Energia**, a empresa deve ficar com toda a dívida. Hoje, os acionistas da Eletrobrás vão tomar uma decisão a respeito do assunto, durante assembleia geral, em Brasília (DF). A União tem maioria de votos, pois detém 60% de participação na empresa, mas, segundo apurou o Estadão/Broadcast, essa proposta também tem apoio de vários acionistas minoritários da Eletrobrás.

Eles entendem ser melhor ficar com as dívidas do que correr o risco de não vender as distribuidoras por causa desses passivos. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., deixou claro seu posicionamento no início do mês. Na avaliação dele, a Medida Provisória 814/2017 trazia solução para a totalidade

das dívidas das distribuidoras com os fundos setoriais, permitindo que as dívidas virassem créditos e pudessem ser vendidas junto com as empresas. Buraco.

A MP, no entanto, soluciona apenas parte do problema. De acordo com fontes do governo, um valor entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões continua sem qualquer solução ou cobertura. De acordo com uma dessas fontes, "não há justificativa moral, técnica ou legal" para que essa dívida seja assumida pela União ou pelo consumidor, nem há recursos no Orçamento destinados a assumir essa parcela.

Para o governo, se a Eletrobrás não assumir esse rombo, há risco de que as distribuidoras não sejam privatizadas. Nesse cenário, a companhia teria de arcar integralmente com o custo de liquidação das empresas, e a União, como acionista, só seria responsável indireta, por meio da parcela referente à sua participação acionária. Se o governo assumisse o valor integral, isso seria considerado doação para acionistas privados.

Essa parcela, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, diz respeito à Amazonas Energia, que recebeu, ao longo dos últimos anos, recursos pagos por consumidores de todo o País para abastecer regiões isoladas do Estado. Mas parte desse dinheiro foi usado para cobrir ineficiências da própria empresa e roubos de energia, conhecidos como "gatos".

Uma fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mandou a empresa devolver os valores, que seriam usados para abater reajustes tarifários. A empresa, porém, recorreu à Justiça contra a decisão. Por meio de nota, a Eletrobrás informou que a questão ainda está sendo analisada pela Aneel e que só vai se pronunciar sobre o assunto após a decisão final da agência. Em nota, a Eletrobrás informou que a desestatização das distribuidoras é a primeira opção para a holding, que pretende se concentrar nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Denise Luna

Título: Petrobrás deve cumprir metas, diz Parente

Se ano terminasse hoje com barril a US\$ 66, Petrobrás atingiria meta financeira facilmente, diz presidente da estatal.

O ano de 2018 começou bem para a Petrobrás, que desde janeiro conta com a ajuda internacional para reduzir o endividamento e cumprir o plano de investimento. O barril do tipo Brent, negociado em Londres, chegou a US\$ 70, o

que não acontecia desde dezembro de 2014. Se permanecer nesse patamar, a empresa vai atingir a meta financeira antes do previsto.

Em compensação, se cair para menos de US\$ 62, vai ser obrigada a vender mais ativos do que planejava, podendo chegar a US\$ 21,5 bilhões apenas neste ano. Atualmente, o esperado é que a estatal se desfaça de US\$ 16,5 bilhões. A meta financeira da Petrobrás é chegar a dezembro com um endividamento inferior a duas vezes e meia sua geração de caixa. No terceiro trimestre de 2017, quando divulgou sua última demonstração contábil, a relação estava em 3,2 vezes a geração de caixa.

Se o ano terminasse hoje, com o barril a US\$ 66, a meta seria facilmente cumprida, segundo o presidente da companhia, Pedro Parente, que ontem reuniu a imprensa para um encontro de início de ano. Há mais de um ano a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) enxuga os estoques com cortes programados da produção, o que tem contribuído para elevar os preços da commodity. "Com uma relação entre oferta e demanda apertada, qualquer fator geopolítico afeta o cenário", diz Ricardo Bedregal, da consultoria IHS Markit.

Os contratos futuros encerraram o pregão de ontem em forte queda, pressionados pelo aumento da produção nos EUA, pela valorização do dólar e pela retomada das atividades do oleoduto de Forties, o mais importante do Norte da Europa. O Brent para abril cedeu US\$ 1,35 (-2,02%), para US\$ 66,86. "Se ficar em US\$ 56 ou US\$ 58 já será muito positivo para a Petrobrás", avaliou Bedregal. "Neste ano, tem tudo para a Petrobrás acordar com a alta do petróleo", opinou Pedro Galdi, analista da Magliano. Além da contribuição do cenário internacional, a petroleira ainda conta com a venda de participações em refinarias para engordar o caixa.

Na semana passada, a diretoria se reuniu com investidores chineses para discutir a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e sociedades em outros ativos de refino do Estado. Parente não revelou o nome da empresa, mas em outubro do ano passado, já havia antecipado que mantém conversas com a estatal chinesa CNPC, de quem é sócia na área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. "Se o acordo não sair em três meses, é um sinal de que não andou para frente", disse. / COLABOROU MATEUS FAGUNDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: PF aponta prejuízo da Petrobrás na venda da Triunfo

Laudos. Perito criminal federal diz que houve subvalorização dos ativos da petroquímica e que estatal negligenciou relatórios encomendados por ela mesma em benefício de cálculos feitos por banco contratado pela Braskem, que comprou a empresa em 2009

Um laudo preparado pela Polícia Federal, no Paraná, levanta suspeita sobre o valor de venda da Petroquímica Triunfo, da Petrobrás, para a Braskem, do grupo Odebrecht, em 2009. De acordo com o documento, obtido com exclusividade pelo "Estado", a negociação teria provocado um prejuízo para a estatal entre R\$ 144,4 milhões e R\$ 191,2 milhões. O relatório, feito por um perito criminal federal, foi incorporado à investigação que corre em segredo de Justiça e está no âmbito da Operação Lava Jato.

Segundo fontes, o inquérito começou em 2014, com denúncias dos ex-sócios da Petrobrás na Triunfo, os irmãos Auro e Caio Gorentzvaig. A estatal detinha na companhia, localizada no Rio Grande do Sul, uma fatia de 84,4%, por meio da sua subsidiária Petroquisa. O restante pertencia à Petroplastic, companhia da família Gorentzvaig. Em 2008, antes do negócio com a Braskem, a Petrobrás tinha recebido uma oferta da Petroplastic para comprar a Triunfo por R\$ 355 milhões.

Mas a venda não foi fechada porque a estatal justificou que a sócia teria perdido o prazo para concluir a transação. O argumento da família era que o processo de avaliação da empresa ainda não tinha sido concluído. O caso foi parar na Justiça e, logo em seguida, a estatal iniciou conversas com a Braskem, de quem também era sócia, para fazer a incorporação da Triunfo por cerca de R\$ 250 milhões, valor bem abaixo da oferta dos Gorentzvaig.

Nessa época, já era pública a estratégia de Braskem e Petrobrás de assumir relevância mundial no setor petroquímico. Para isso, a estatal repassaria à empresa do grupo Odebrecht uma relação de ativos na área, que incluía, além da Triunfo, a Central Petroquímica do Sul (Copesul), a Petroquímica Paulínia, a Ipiranga Química e a Ipiranga Petroquímica. Com a incorporação da Triunfo, a Braskem conseguiu o controle do Polo Petroquímico do Sul. Mais tarde, em 2010, também passou a controlar o Polo Sudeste, ao incorporar a Quattor, antiga Suzano Petroquímica.

A compra dessa última empresa pela Petrobrás, em 2007, também está sendo investigada pela Polícia Federal. O valor pago, R\$ 2,7 bilhões, foi considerado alto, por estar muito acima do preço mínimo, conforme delação de Paulo Roberto Costa. "Como praxe, seria esperado que o preço de aquisição fosse próximo do mínimo, afim de atender aos interesses comerciais da Petrobrás", explicou o ex-diretor, na delação.

Procurada, a Suzano Holding afirmou em nota que "toda a transação para venda da empresa atendeu a todos os requisitos legais. A avaliação dos ativos e a definição do valor da operação foi suportada por análises independentes feitas por bancos de primeira linha".

Subavaliação.

No negócio envolvendo a Triunfo, a diferença entre as propostas levou os peritos da Polícia Federal a recalcular o valor da empresa com base em relatórios de bancos. Foram usadas as análises do UBS Pactual, contratado pela Petrobrás para o negócio, e do Bradesco BBI, por parte da Braskem. O laudo incorpora ainda relatório do Santander, de 2007, encomendado pela Petrobrás na negociação com a Petroplastic, que avaliava em Triunfo em R\$ 355 milhões. O resultado do laudo é que houve subvalorização dos ativos da Triunfo.

Os peritos dizem que a Petrobrás teria negligenciado relatórios de avaliação feito pelo banco que ela própria contratou em benefício do relatório emitido pelo Bradesco BBI, que fez o cálculo para o comprador. "Os relatórios demonstravam um cenário mais desafiador, em grande parte pela iminência de uma crise mundial e por aspectos inerentes ao negócio. No entanto, constatou-se que o relatório usado para a tomada de decisão (Bradesco BBI) foi feito com excessivo viés de baixa", afirmam os peritos, no documento.

Segundo eles, com base num fluxo de caixa reduzido, o Bradesco BBI chegou num valor da empresa de R\$ 249 milhões enquanto os cálculos da perícia apontam para valores entre R\$ 393 milhões e R\$ 440 milhões. Em nota, o Bradesco BBI disse que "prestou serviço de avaliação técnica à parte interessada na compra", no caso a Braskem. Isso significa que o banco não participou de toda a negociação, mas só fez os cálculos de preço da empresa.

Cooperação.

A Braskem, por sua vez, explicou que, em razão do acordo de leniência, assumiu o compromisso de cooperar com as autoridades. "Em relação especificamente a esse assunto (Triunfo), a empresa já se manifestou no processo de investigação, que corre sob sigilo de Justiça. Com base em avaliações societárias e econômico-financeiras juntadas ao processo, a Braskem não identificou nenhuma irregularidade." Fontes do setor afirmam que a Braskem contratou relatório do economista Gustavo Franco para comprovar que não houve nenhuma irregularidade na incorporação da Triunfo e nos cálculos de preços dos ativos.

A Petrobrás disse, também por meio de nota, que as autoridades públicas que conduzem as investigações da Operação Lava Jato e o Supremo Tribunal Federal

reconhecem que a empresa é vítima de todos os fatos revelados pela operação. "A Petrobrás segue colaborando com as autoridades e buscará o ressarcimento de todos os prejuízos causados em função dos atos ilícitos cometidos contra a companhia." Ao contrário do passado, hoje a estatal segue o caminho inverso e tenta vender sua participação na Braskem. Em uma guerra jurídica contra a Petrobrás, a família Gorenzvaig acredita na recuperação da Triunfo. Auro Gorenzvaig acusa a estatal de "expropriar" a petroquímica da família em benefício da Braskem. Ele diz que há na Justiça ação movida pelo pai, Boris, que morreu em 2012. "A ação nos leva de volta ao mercado; pedimos a retomada de market share".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Victor Rezende / Paula Dias

Título: Preço do petróleo ajuda a derrubar Bolsa em 1,34%

Volatilidade marcou o pregão de ontem, dois dias após o susto com as bolsas americanas; dólar fechou em alta de 0,98%, a R\$ 3,27

Dois dias depois do susto com o tombo das bolsas americanas, o principal indicador da Bolsa paulista, o Ibovespa, registrou queda de 1,34%, fechando nos 82.766. As cotações do petróleo foram o fiel da balança para determinar as perdas na sessão de negócios de ontem. Na primeira parte do pregão, o índice chegou a firmar alta, mas, após divulgação de dados sobre os estoques maiores de petróleo pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos, os preços apresentaram forte queda levando a reboque as ações da Petrobrás, que caíram quase 3% e, logo depois, de outras empresas.

Por trás dessa movimentação, dizem analistas, está o receio dos investidores com a possibilidade de ajustes mais fortes das bolsas americanas, que já devem estar no último ciclo de alta. "O medo de um ajuste mais forte do mercado americano é latente. A falta de apetite pelo risco tem como consequência a queda nas cotações das commodities e nos mercados de economias ligadas a elas", disse Rafael Figueredo, da Eleven Financial. Para Pedro Galdi, analista da Magliano Corretora, a percepção de risco com a cena externa está ligada aos possíveis ajustes da política monetária do Federal Reserve (Fed).

"O investidor ainda está atordoado e os mesmos fatores sobre a expansão da economia mundial continuam valendo. Não há nada novo, só que as bolsas subiram muito e agora os mercados estão tomados por um sentimento de cautela", disse. Shin Lai, analista da Upside Investor Research, afirma que, além do exterior, há um fator doméstico que ainda conta para a tomada de decisão. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que as

discussões para a reforma da Previdência devem se estender até dia 28, e, não até dia 20, quando estava prevista anteriormente a votação do texto.

Muito embora boa parte dos analistas do mercado acionário diga que a não aprovação dessa reforma já está assimilada pelo mercado, Lai ressalta que a sinalização de dúvida que o governo e parlamentares dão traz incerteza não apenas sobre a votação, mas em como o Brasil ficará num cenário sem ajuste fiscal. No cenário externo, o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York fechou em baixa de 0,08%; já o índice Nasdaq registrou queda de 0,90%. A Bolsa de Frankfurt avançou 1,60%, enquanto Paris ganhou 1,82% e Milão saltou 2,86%.

Câmbio.

O fortalecimento do dólar no mercado internacional, impulsionado pela queda no preço do petróleo, manteve a moeda americana em alta ante o real durante a maior parte do dia de ontem. O dólar terminou a sessão de negócios cotado a R\$ 3,2747 no mercado à vista, alta de 0,98%, em sintonia com a valorização observada ante moedas fortes e emergentes. Pela manhã, a cotação chegou a cair pontualmente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: BRUNO BOGHOSSIAN DE BRASÍLIA

Título: Petrobras pode ser vendida, diz Alckmin

Menção a privatizar estatal 'no futuro' marca inflexão de tucano, que foi fustigado sobre tema em eleição de 2006

Em reação, presidente da empresa diz que debate, que 'não faz sentido' agora, pode prejudicá-la

Pré-candidato ao Palácio do Planalto, Geraldo Alckmin (PSDB) adotou discurso enfático em defesa das privatizações e afirmou que a Petrobras pode ser vendida "no futuro".

O tucano defendeu a transferência de controle à iniciativa privada das atividades da estatal que não constituem seu núcleo central, como as operações da distribuição de combustíveis, e afirmou também ser possível a privatização total da empresa.

“Inúmeras áreas que não são o ‘core’, o centro objetivo da empresa, tudo isso pode ser privatizado. Se tivermos um bom marco regulatório, você pode até, no futuro, privatizar tudo, sem nenhum problema”, afirmou, em evento com dirigentes da construção civil, em Brasília.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reagiu, dizendo que “não faz sentido” falar em privatização neste momento. Ele argumentou que a empresa passa por reestruturação financeira, que poderia ser prejudicada pelo debate. “Qualquer discussão sobre privatização teria efeito perturbador nesse processo.”

Alckmin decidiu reforçar suas opiniões sobre o tema para superar o que os tucanos consideram um tabu no debate sobre as privatizações, que provocou dificuldades para os tucanos nas disputas presidenciais de 2002 a 2014.

“O que houve em 2006 é que meu adversário, o [ex-presidente] Lula, mentia para a população. Porque ele dizia que eu ia privatizar o Banco do Brasil, e eu nunca disse que ia privatizar o Banco do Brasil”, disse o governador.

Naquela disputa, Alckmin adotou uma postura defensiva e chegou a vestir uma jaqueta com as marcas do Petrobras, do BB, da Caixa e dos Correios para se comprometer a manter essas empresas sob controle do governo. A estratégia do tucano para a próxima eleição passa por uma delimitação clara das estatais que devem ser preservadas.

No evento em Brasília, Alckmin declarou ser contrário à venda do BB, mas disse que é possível passar algumas de suas subsidiárias ao setor privado. “Até porque é importante ter um ou dois bancos públicos, para não depender exclusivamente de bancos privados.”

Segundo o tucano, é preciso verificar quais empresas estatais podem ser privatizadas, “uma a uma”. Ele citou como exemplos a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), responsável pelo projeto do trem-bala, e a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que gere emissoras de rádio e TV do governo federal.

REFORMAS

Alckmin pediu empenho na aprovação da reforma da Previdência até o fim de fevereiro, mesmo reconhecendo que o pacote de alterações previstas “não seja ideal”.

O tucano disse ver dificuldades na aprovação de reformas estruturantes no último ano de um governo e que as eleições podem dar a “legitimidade” para a

realização dessas mudanças por um presidente da República. “Quem for eleito tem que aproveitar os primeiros seis meses para fazer todas as reformas para poder deslanchar”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO ANAIS FERNANDES DE SÃO PAULO

Título: Cartel impede redução no preço do combustível, diz Moreira Franco

Ministro não nomeou responsáveis, mas menciona ‘corporações’ de distribuição e revenda

Para dar mais clareza para o consumidor, Petrobras vai divulgar preço do produto, e não percentual de reajuste

Com a imagem desgastada pelo persistente aumento no preço da gasolina, o governo acusa supostos cartéis de impedir o repasse às bombas de cortes promovidos pela Petrobras e anunciou pedido de investigação ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

No mesmo dia, a Petrobras informou que vai mudar sua política de divulgação dos preços, permitindo que o consumidor conheça os valores cobrados pela gasolina e pelo diesel em suas refinarias.

“Queremos que a queda de preços da Petrobras chegue aos consumidores. Não podemos assistir de mãos atadas à atuação cartelizada das corporações do setor em prejuízo da população”, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco. Na terça-feira (6), o presidente Michel Temer já havia dito que o governo estuda uma fórmula jurídica para obrigar o repasse de reduções às bombas.

O Planalto avalia que os aumentos têm contribuído para a baixa popularidade do presidente. Na última pesquisa Datafolha sobre o tema, em dezembro, 82% dos entrevistados avaliaram que o preço da gasolina havia subido muito nos últimos meses.

Desde o início de julho, quando a Petrobras iniciou nova política de preços com reajustes diários, a gasolina subiu 20% nas bombas e o diesel, 14,8%, de acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Os preços da estatal representam cerca de 30% do valor final de venda —o restante é composto por impostos e margens das distribuidoras e postos revendedores.

Questionada sobre qual dos elos da cadeia seriam alvos da investigação, a Secretaria Geral da Presidência disse apenas que o ministro falou em “corporações”, tanto no segmento da distribuição quanto no da revenda.

Os dados da ANP mostram que, entre julho e a última semana, as distribuidoras aumentaram seus preços em percentual superior ao das bombas: 23,1% na gasolina e 20,5% no diesel. Já a margem de lucro dos postos ficou praticamente inalterada na gasolina e caiu 18% no diesel.

Em entrevista nesta quarta, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a mudança no modelo de divulgação dos preços tem como objetivo “dar contribuição com a discussão do preço dos combustíveis”.

Os reajustes são publicados em seu site com um dia de antecedência. Nesta quarta, por exemplo, a estatal anunciou redução dos preços da gasolina e do diesel em 1,5% e 0,7%, respectivamente, para esta quinta (8).

A partir da segunda (19), a empresa passará a divulgar apenas os preços médios de cada combustível, sem os percentuais. “Ê mais transparente”, defendeu o presidente da estatal.

OUTRO LADO

A ofensiva do governo gerou críticas entre revendedores de combustíveis, que culpam a nova política da Petrobras e o aumento de impostos pela alta nos preços.

“Fazer a consulta [ao Cade] não tem problema nenhum. O que não pode é querer falar que toda a culpa está no posto”, afirmou José Alberto Paiva Gouveia, presidente do Sincopetro (sindicato dos postos de combustível de São Paulo. Ele classificou como “irresponsável” a mudança na divulgação dos preços. “A pessoa vai achar que vai encontrar o mesmo valor no posto, sem considerar os impostos e custos.” Procurada, a Plural, que reúne as distribuidoras, não se manifestou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras afirma que ainda é cedo para falar de preço de Pasadena

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse nesta quarta (7) que espera “o melhor resultado possível” com a venda da polêmica refinaria de Pasadena, nos EUA, que é alvo da Operação Lava Jato e de organizações ambientalistas americanas.

A estatal abriu na terça (6) o processo de venda da unidade, mas há dúvidas no mercado sobre o real valor da refinaria, diante do elevado passivo ambiental e da necessidade de investimentos em modernização.

“É muito cedo para antecipar qualquer avaliação sobre Pasadena. Até porque qualquer avaliação nossa pode influir no processo”, afirmou.

Em 2006, a Petrobras pagou US\$ 360 milhões por 50% das ações da refinaria, quase oito vezes mais do que os US\$ 42 milhões que a belga Astra havia desembolsado um ano antes para ter 100% do capital.

Após disputa judicial com a ex-sócia, a estatal acabou pagando US\$ 1,2 bilhão para ficar com todas as ações.

Parente disse que há indicações de interesse do mercado por um terreno adjacente à refinaria, que seria usada para a sua expansão e também está incluída no pacote posto à venda pela Petrobras.

O terreno tem 143 acres e acesso ao canal marítimo de Houston, que concentra parcela importante da indústria de refino e petroquímica dos Estados Unidos. Segundo o presidente da Petrobras, o acesso ao canal confere ao terreno um “grande valor”.

A venda da refinaria de Pasadena faz parte do plano de desinvestimentos da estatal, que tem como meta arrecadar US\$ 21 bilhões no biênio entre 2017 e 2018.

COMPERJ

Parente disse que o processo de venda de participações em refinarias brasileiras, que começou a ser discutido no ano passado, se mostrou mais complexo do que o esperado e a empresa ainda não chegou a um modelo final.

Há, no entanto, negociações em curso para a venda de fatia da unidade de refino projetada para o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), outro alvo da Lava Jato.

A empresa não fala em nomes, mas negocia com a chinesa CNPC a realização dos investimentos que ainda faltam em troca de uma participação no complexo. (NP)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Conselho da estatal volta a ter sindicalistas

Depois de dois anos, sindicatos de petroleiros voltarão a ter representação no conselho de administração da Petrobras. A eleição para o representante dos trabalhadores no colegiado terá em seu segundo turno disputa entre um candidato ligado à FUP (Federação Única dos Petroleiros) e outro à FNP (Federação Nacional dos Petroleiros).

A composição do novo colegiado da estatal será discutida em assembleia de acionistas marcada para abril. A expectativa é de poucas mudanças em relação ao conselho atual, formado em sua maioria por executivos independentes.

Para a vaga dos empregados, a disputa se dará entre o advogado Danilo Silva, apoiado pela FUP, e o engenheiro químico Christian Queipo, ligado à FNP, que disputam a preferência dos empregados no segundo turno, que será concluída no dia 11 de março.

Em 2016, a candidatura independente da engenheira Betânia Rodrigues Coutinho derrotou lideranças sindicais em meio à insatisfação dos empregados da companhia com o escândalo de corrupção na estatal. Os mandatos têm duração de dois anos.

Foi a primeira vez em que um representante não ligado a sindicatos ou associações de petroleiros ficou com a vaga —seus antecessores foram Deyvid Bacelar, da FUP, e Silvio Sinedino, da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras), que hoje apoia Queipo.

Os dois concorrentes à sucessão de Betânia venceram 35 outros candidatos no primeiro turno. Os dois têm discurso contrário ao processo de venda de ativos.

“Há um descontentamento generalizado entre os trabalhadores com a atual gestão da companhia, com o processo de desintegração da Petrobras”, diz Danilo Silva.

A possibilidade de provocarem mudanças, porém, é pequena: o conselho de administração da Petrobras tem 10 vagas, sete indicadas pela União e duas por acionistas minoritários.

Uma das vagas está aberta desde 2016. Era reservada ao presidente do BNDES, mas Maria Silvia Bastos Marques, a primeira indicação do governo Temer para o banco, declinou de participar do conselho da estatal. (NP)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAIS HIRATA DE SÃO PAULO

Título: Com grupo desclassificado, PPP de luz em SP terá nova batalha judicial

Consórcio Walks, que ofereceu o melhor preço, foi inabilitado pela prefeitura para concorrer

Concorrente pode ser declarado vencedor, mas disputa, que barra redução na conta de luz, tende a continuar

A prefeitura de São Paulo desclassificou, nesta quarta-feira (7), o consórcio Walks da concorrência pela PPP de iluminação pública da cidade —um contrato de R\$ 7,2 bilhões em 20 anos.

O grupo havia oferecido a melhor proposta de preço para a parceria. No entanto, há um questionamento sobre um de seus integrantes, a Quaa-tro Participações, que controla a Alumini —empresa que foi declarada inidônea para

firmar contratos públicos em 2017, após denúncias da Lava Jato, e que está em recuperação judicial.

Com a desclassificação, o grupo concorrente, liderado pela FM Rodrigues, poderá levar o contrato —antes disso, sua documentação precisa ser analisada, o que poderá demorar semanas.

Tudo indica, porém, que a batalha jurídica em torno da licitação —que já dura dois anos— não terá fim.

O consórcio Walks já afirmou que pretende entrar com representação no Ministério Público para que o órgão investigue a licitação, afirmou o advogado Bruno Aurélio, sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados, que representa o grupo.

Além disso, há ao menos três ações judiciais apresentadas pelo Walks em curso que poderiam afetar a decisão. Caso nenhuma delas tenha efeito, novas ações serão apresentadas, disse ele.

“[A briga] nunca vai parar. Essa licitação não vai ser aberta, e ninguém vai ganhar.”

Para a defesa da FM Rodrigues, há uma perspectiva de que a disputa se encerre, em uma perspectiva otimista, dentro de até 30 dias, mas é difícil prever um prazo, segundo Antonio Araldo Dal Poz-zo, sócio-fundador do Dal Poz-zo Advogados e responsável pela defesa da FM Rodrigues.

“Provavelmente, o perdedor, independente de quem for, nós ou eles, não vai se conformar tão facilmente.”

BRIGA

A sessão, que durou quase três horas, teve confusão e bate-boca entre os presentes. Ao fim da reunião, advogados dos concorrentes discutiam em voz alta até sobre quantas vezes cada grupo se manifestaria na ata.

Os ânimos acirrados são fruto de uma disputa que já dura mais de dois anos por um dos maiores contratos do gênero já planejados no país.

A expectativa da prefeitura é reduzir sua conta de luz, hoje em cerca de R\$ 13 milhões, em ao menos 30% com a parceria —que prevê a troca das lâmpadas por modelos de LED, além da expansão e manutenção da rede.

O edital foi publicado em 2015 e, desde então, interferências do Tribunal de Contas do Município e ações interpostas pelos concorrentes arrastaram o processo, sem uma solução, até hoje.

A própria abertura das propostas, em que o Walks saiu vencedor, na última semana, só ocorreu por determinação judicial, enquanto a FM Rodrigues e a própria prefeitura tentavam barrar a participação do consórcio.

Além do principal questionamento —que é a participação da Quaatro, controladora da Alumini— a FM Rodrigues critica o preço oferecido pelo Walks, que seria irreal.

“A proposta feita pelo nosso consórcio é séria, correta, sem uma previsão de alteração de preço [futura]. Não adianta você estabelecer um preço irreal para

ganhar e depois tentar rever lá na frente. Isso é um mal muito comum”, afirmou Dal Pozzo.

O Walks disse que o melhor preço é fruto de maior eficiência do grupo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Nova política da gasolina

Com o objetivo de dar mais transparência ao consumidor, a Petrobras vai mudar, após o carnaval, a forma de divulgar os reajustes dos combustíveis. A estatal passará a informar os valores cobrados nas refinarias pelo litro da gasolina e do diesel, e não mais o percentual de queda ou de alta do preço. Para esta quinta-feira, a Petrobras anunciou recuo de 1,5% na gasolina e de 0,7% no diesel.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, acusou as empresas revendedoras de cartel e condenou, na tarde de ontem, em sua conta no Twitter, a ação cartelizada das corporações do setor. Ele afirmou que o governo acionou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra o cartel de postos de gasolina. “Queremos que a queda de preços da Petrobras chegue aos consumidores. Não podemos assistir de mãos atadas à atuação cartelizada das corporações do setor em prejuízo da população”, tuitou o ministro.

Para o ex-presidente do Cade Ruy Coutinho, o mais difícil nessa questão é provar a existência de cartel, já que há uma série de condições do mercado que refletem na oferta e na demanda. “O mercado de combustíveis é marcado por uma similaridade de preços que, isoladamente, não pode ser considerado cartel. É preciso um comportamento paralelo das associações, sindicatos, postos”, explicou.

O Cade informou que, até a tarde de ontem, não foi protocolada petição sobre o assunto.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Andrea Jubé e André Ramalho | De Brasília e do Rio****Título: Governo discute com Cade medidas para combater cartelização de combustíveis**

O governo federal começa a se mobilizar para combater a formação de cartéis, em especial no setor de combustíveis. A Secretaria-Geral da Presidência já discute fórmulas jurídicas com representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O presidente Michel Temer avalia que mesmo quando há redução do preço da gasolina, essa diferença não é repassada para as bombas, e portanto, o benefício acaba não chegando ao consumidor. Ao passo que quando há reajuste na refinaria, os repasses para as bombas são feitos

"Queremos que a queda de preços da Petrobras chegue aos consumidores. Não podemos assistir de mãos atadas à atuação cartelizada das corporações no setor em prejuízo da população", escreveu Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, no Twitter. Um interlocutor do ministro acrescenta que "corporações" surgem entre o produtor e o consumidor, dificultando a queda do preço.

O governo está atento para todo o ciclo de distribuição dos e venda de combustíveis. Levantamentos de preços da Agência Nacional de Petróleo (ANP), feitos pela equipe de governo, mostram que tanto distribuidora quanto postos estariam acumulado "altos lucros".

Ontem, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que não há receio de qualquer impacto à BR Distribuidora, em meio a uma eventual mobilização do governo para combater a cartelização no mercado de distribuição de gasolina. "Não tenho qualquer informação sobre esse tema. Não receio que possa haver qualquer questão relacionada à BR ", afirmou Parente, no Rio.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), por sua vez, esclareceu que os postos revendedores são a ponta final da cadeia do setor de combustíveis e que "os verdadeiros responsáveis pelas sucessivas altas nos preços dos combustíveis têm relação direta com a nova metodologia de precificação adotada pela Petrobras e os aumentos de impostos".

Segundo a entidade os postos têm absorvido boa parte das elevações de custos, dada à dificuldade operacional para lidar com reajustes diários da Petrobras nas

refinarias. A Fecombustíveis ressaltou que há um "alto peso da carga tributária" no segmento, que chega a 50% da composição de preço da gasolina.

A Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural, ex-Sindicom) argumenta que, ao declarar que estuda fórmulas jurídicas para obrigar os postos a repassar para a bomba as reduções nos preços anunciados pela Petrobras, o governo não trata a questão de forma adequada.

O tema, segundo a entidade, passa pela reavaliação do custo-Brasil e pela composição dos preços, que inclui preço de aquisição do produto, tributos, logística, remuneração dos distribuidores e dos revendedores. A margem média dos distribuidores representa menos de 5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Justiça derruba maior liminar na disputa sobre risco hidrológico

A novela em torno da judicialização do déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), que já dura mais de três anos e envolve mais de R\$ 6 bilhões em créditos não pagos, ficou mais perto de uma conclusão. A juíza federal da 20ª Vara do Distrito Federal, Adverci Rates Mendes de Abreu, cassou ontem a principal liminar que limita os efeitos do GSF nos contratos do mercado livre de energia. A liminar em questão se refere à ação movida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), que inclui a maior parte dos geradores do país com contratos no mercado livre.

Com isso, a normalização do mercado à vista de energia fica mais próxima. A liquidação das operações do mercado de curto prazo de dezembro, realizada ontem, teve inadimplência de 79,3%, ao levantar apenas R\$ 1,97 bilhão dos R\$ 9,49 bilhões contabilizados. Do total não pago, R\$ 6,04 bilhões se referem às liminares do GSF. Em nota, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) afirmou que está ciente da decisão que revoga a liminar da Apine e ao ser notificada operacionalizará a decisão na contabilização do mercado de curto prazo, conforme tem procedido nas outras decisões judiciais.

Os credores não protegidos por liminares que garantem a prioridade no recebimento dos créditos embolsaram 10% do total a que teriam direito. A liminar da Apine não inclui todos os R\$ 6 bilhões travados no mercado, mas abrange fatia significativa disso. Segundo uma fonte da equipe energética do governo, a tendência agora é que as demais liminares ainda vigentes com efeito

de limitar o GSF também sejam derrubadas, ajudando na retomada das operações do mercado à vista de energia de forma normalizada.

Na decisão, a juíza destacou que os prejuízos sofridos pelas hidrelétricas devido à exposição ao GSF fazem parte do risco do negócio, são previstos legalmente e devem ser suportados pelas próprias empresas, e não transferidos aos consumidores.

No fim do ano passado, outra liminar havia sido derrubada, mas de menor representatividade. A Justiça cassou a decisão que protegia associados da Abragel, que reúne pequenas geradoras hidrelétricas. As empresas pagaram cerca de R\$ 160 milhões que estavam represados na liquidação de novembro.

Logo depois, o governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiram aumentar o ataque contra as liminares e protocolaram pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para estender a decisão da Abragel para as outras 51 liminares vigentes. A decisão de ontem, porém, não foi resultado dessa ação, e sim uma sentença do caso da Apine.

Para fonte da equipe energética, a decisão de ontem foi "grande passo" na retomada da normalidade do mercado à vista de energia. Ainda assim, o Ministério de Minas e Energia (MME) continua trabalhando em uma solução para a judicialização que vai alterar o que é arcado pelos geradores por meio do GSF. A ideia é tirar da conta o que não é "risco hidrológico", como atrasos na implantação de projetos de transmissão de energia e também na entrada em operação das megasusinas do Norte. "Nossa visão é de mérito, o risco hidrológico é do gerador, mas o que não é risco hidrológico precisa ser expurgado", disse a fonte.

Na semana passada, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, havia dito ao Valor que essa mudança estaria no projeto de lei da reforma do setor elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: IPCA fechou janeiro com leve desaceleração, dizem analistas

A retirada de cobranças adicionais na conta de luz mais do que compensou a aceleração sazonal dos alimentos no primeiro mês do ano, avaliam economistas, o que levou a uma pequena desaceleração na inflação. Segundo a estimativa média de 26 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor

Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,41% em janeiro, 0,03 ponto percentual abaixo do nível registrado em dezembro.

As projeções para o indicador de inflação oficial, a ser divulgado hoje pelo IBGE, vão de alta de 0,33% a 0,45%. Se confirmadas as expectativas, o IPCA acumulado em 12 meses terá aumentado ligeiramente entre dezembro e janeiro, de 2,95% para 2,97% - ainda abaixo, portanto, do piso da meta inflacionária perseguida pelo Banco Central.

Para o primeiro mês do ano, a **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)** definiu bandeira tarifária verde para as contas de luz, que não adiciona cobranças extras às tarifas. Com a saída da bandeira vermelha patamar 1 - que cobra R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos - a tarifa de energia elétrica residencial teve deflação de 6,6% em janeiro, estima Márcio Milan, da Tendências Consultoria.

Esse será o principal impacto de baixa sobre o IPCA, de -0,2 ponto percentual, afirma ele. Em seus cálculos, o índice desacelerou de 0,44% para 0,33% na passagem mensal. No período, a queda do grupo habitação deve ter aumentado de 0,40% para 1,16%, aponta Milan, também influenciada pela perda de fôlego esperada para itens como gás de botijão e taxa de água e esgoto.

De acordo com o economista, a folga dada pelos preços administrados - que devem ter diminuído 0,03% em janeiro - mais do que compensou o movimento de alta dos alimentos. Responsável por cerca de 25% do IPCA, a parte de alimentação e bebidas avançou 1,03% no mês passado, quase o dobro da taxa registrada em dezembro (0,54%). "Daqui para frente, devemos ver um movimento mais próximo da sazonalidade nos alimentos", disse.

Segundo a equipe econômica do Itaú Unibanco, alimentos e bebidas adicionaram 0,23 ponto percentual ao indicador, que subiu 0,40% na projeção do banco. Para os economistas do Itaú, a pressão veio principalmente de alimentos in natura. O banco menciona, ainda, o grupo de transportes, que teve impacto de 0,19 ponto no IPCA em suas estimativas. Do outro lado, a habitação "retirou" 0,11 ponto do índice, devido ao efeito deflacionário das contas de luz.

Também em sentido descendente, observa Milan, da Tendências, a parte de transportes passou de alta de 1,23% em dezembro para 0,84% na última medição, diz, devido à trajetória de baixa das passagens aéreas. Os artigos de vestuário também subiram menos no mês passado, com o início das promoções após o fim de ano, acrescenta. Em seus cálculos, esse item caiu 0,12% na leitura atual, após aumento de 0,84% no dado anterior.

O banco Haitong estima que o IPCA ficou praticamente estável ante dezembro, com alta de 0,43%, mas destaca que o índice em 12 meses permanecerá próximo do piso da meta, de 3% ao ano. Segundo os economistas Jankiel Santos e Flávio Serrano, o índice acumulado em patamar baixo reforça o momento favorável para a inflação no Brasil.

Mais importante do que o dado em 12 meses, comentam Santos e Serrano, a média mensal dos três núcleos de inflação deve ter ficado em 0,28% em janeiro, o que seria equivalente a uma alta anual de 3,5%. "Ou seja, mesmo levando-se em conta o comportamento da inflação subjacente brasileira, não há preocupações por enquanto", afirmam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Chuvas esperadas pelo setor elétrico ficam abaixo da média

As chuvas em janeiro, aguardadas pelo setor elétrico para ajudar na reposição do nível dos reservatórios das hidrelétricas, foram inferiores à média histórica na maior parte do país, informou ontem o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As informações, apresentadas em reunião do comitê, indicaram que somente a região Sul registrou precipitações acima da média.

Ao avaliar as condições de suprimento elétrico do país, o CMSE observa o comportamento das chuvas que abastecem os reservatórios, em termos de energia natural afluyente (ENA) bruta. Em janeiro, o setor registrou os percentuais de 96% no Sudeste/Centro-Oeste, 191% no Sul, 36% no Nordeste e 62% no Norte.

Com as chuvas de janeiro, o nível dos reservatórios das hidrelétricas atingiu os valores de 31,3% (Sudeste/Centro-Oeste), 81,9% (Sul), 17,8% (Nordeste) e 32,3% (Norte). Os valores esperados no fim de fevereiro são 39,9% no Sudeste/Centro-Oeste, 78,8% no Sul, 23,7% no Nordeste e 49,1% no Norte. O risco de déficit de energia no sistema elétrico em 2018 é de 0,3% para o subsistema do Sudeste/Centro-Oeste e 0,1% para Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Eduardo Campos | De Brasília

Título: Indicador do BC mostra alta nos preços de commodities

As matérias-primas que têm influência sobre a inflação apresentaram alta de 0,92% em janeiro, após retração de 0,87% em dezembro. Os dados são apurados pelo Banco Central (BC). Em 12 meses, o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) tem alta de 3,61%.

O indicador é construído partindo dos preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas convertido para reais. Seu equivalente internacional, o "Commodity Research Bureau" (CRB), mostrou variação negativa de 0,49% em janeiro.

Entre os três subgrupos que compõem o IC-Br, o de commodities agropecuárias (carne de boi, carne de porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, arroz, café, suco de laranja e cacau) mostrou baixa de 0,65% do mês, vindo de que da 1,72%. Em 12 meses esses preços recuam 2,97%.

O preço das commodities metálicas (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) subiu 3,3% no mês passado, após valorização de 0,47% em dezembro. A alta em 12 meses é de 15,17%. As energéticas subiram 3,59%, após elevação de 0,51% em dezembro. Em 12 meses, os preços sobem 15,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Alckmin propõe privatização de partes da Petrobras

Presidente do PSDB e pré-candidato à Presidência da República, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que vários setores da Petrobras serão privatizados caso ele vença a disputa pelo Palácio do Planalto.

Mesmo a privatização total da Petrobras não está descartada pelo tucano, que se disse "totalmente favorável" à ideia de se desfazer de empresas em áreas que considera a participação do Estado desnecessária. Ele citou, nominalmente, Empresa Brasil de Comunicação (EBC); a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás); e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) como candidatas ao repasse ao setor privado em sua gestão.

"Muitos setores da Petrobras podem ser privatizados. Inúmeras áreas que não são o core, o centro objetivo da empresa, tudo [isso] pode ser privatizado. Se tivermos um bom marco regulatório, até pode, no futuro, privatizar tudo", afirmou Alckmin em Brasília, ao participar de reunião com representantes de diversos setores da indústria na sede do Sinduscon local.

A equipe que trabalha em seu plano de governo, inclusive, já trabalha em propostas sobre o tema. "Distribuição, por exemplo, não precisa ser da Petrobras. Tem 147 empresas estatais, precisa olhar uma a uma". Ele ressaltou, contudo que a "Petrobras hoje está muito bem gerida pelo [presidente] Pedro Parente".

Questionado sobre a mudança de posição ao defender as privatizações agora, ao contrário do que fez na campanha presidencial em 2006, quando chegou até a vestir uma jaqueta com as marcas da Petrobras, Correios, Caixa e Banco do Brasil para assegurar que não ia vendê-las à iniciativa privada, Alckmin lembrou que, à época, sofreu com acusações do PT. "Lula dizia que eu ia privatizar o Banco do Brasil, o que era mentira. Não pretendia na época e não pretendo agora", apontou. "Quando fui vice-governador do Mario Covas, comandeí o processo de privatizações em São Paulo. Petrobras não é primeiro ou único caso. Temos uma equipe estudando isso, modelos de concessão e PPP".

A jornalistas na sede do PSDB, onde conduziu uma reunião da Executiva nacional e seguidos encontros para definir posições do partido em 2018, Alckmin voltou ao tema e acrescentou: "Vamos ampliar muito a participação da iniciativa privada. Defendo sim que não tenhamos Estado-empresário", disse. "Concessão mal feita é pior que estatal", sublinhou o tucano. Alckmin pregou que o próximo presidente faça uma "reforma de Estado pra valer". A reforma política, por exemplo, será uma prioridade de seus primeiros meses de governo, garantiu.

Ainda na casa de um dígito nas pesquisas de intenção de voto, Alckmin argumentou que a população fará escolhas seguras no futuro. "Brasil precisa de construtores na política, chega de gladiadores". Brincou até com um famoso apelido que lhe foi apregoado no meio político, de "picolé de chuchu", por conta do pouco carisma. "Não sou showman, me apelidaram de picolé de chuchu. Precisamos é resolver problemas".

No caso das mudanças nas regras de aposentadoria, Alckmin reiterou que ele e o PSDB são favoráveis à realização de reforma da Previdência já.

O anúncio da coordenação de sua equipe, disse Alckmin, ficará para "depois do carnaval". Pêrsio Arida, favorito para o posto, tem demonstrado certa resistência, segundo integrantes do PSDB.

A data para a realização das prévias tucanas e o modelo a ser seguido ainda são incertos. Inicialmente marcada para o dia 4 de março, pode ser adiada para o dia 11.

Também há indefinição em relação ao número de debates. Oponente de Alckmin na indicação à candidatura tucana, o prefeito de Manaus (AM), Arthur Virgílio, recusou a proposta de realização de apenas um debate e exigiu que ele e o governador de São Paulo confrontem propostas em pelo menos três oportunidades antes da eleição interna.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Setor de energia solar dos EUA perde postos de trabalho

O setor de energia solar dos EUA perdeu quase 10 mil postos de trabalho em 2017. De acordo com relatório da organização sem fins lucrativos The Solar Foundation, Estados como Califórnia e Massachussetts tiveram a maior perda.

Foi a primeira vez que o nível de emprego no setor diminuiu desde 2010, quando a Solar Foundation começou a analisar dados na área. Em todo os EUA, o nível de emprego caiu 3,8% para 250.271 postos de trabalho em 2017, contra 260.077 postos em 2016.

Quedas em instalações solares para residências e empresas, assim como tarifas a painéis solares importados são responsáveis pela queda, diz o relatório.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Lucas Marchesini | De São Paulo e Brasília

Título: Cade aprova aquisição da Votorantim pela Arcelor

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, com restrições, a compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal, marcando uma consolidação no segmento de aço longo no país. Para permitir o negócio, a autoridade antitruste negociou um acordo com as empresas que inclui a venda de dois pacotes de ativos. A decisão obteve quatro votos favorável ao acordo, contra dois pela reprovação da operação.

A ArcelorMittal pretende resolver essa exigência o mais rápido possível. Jefferson de Paula, presidente do negócio de aços longos nas Américas Central e do Sul, disse ao **Valor** que até março esses ativos já deverão estar vendidos. As conversas com interessados já estão "bastante adiantadas" e a expectativa é que a operação seja assumida em abril. "Estamos muito confortáveis com os remédios [impostos pelo Cade] porque seguimos agregando bastante valor à

nossa operação. Foram duros, mas justos. Não há mudança substancial", afirmou.

Os pacotes de ativos, que equivalem a um terço da Votorantim Siderurgia, foram apresentados pelo conselheiro João Paulo de Resende. Incluem unidades de aço da Arcelor em Cariacica (ES) e Itaúna (MG), além de trefilarias. O acordo ainda contempla medidas comportamentais, como o compromisso de manutenção de certo nível de produção.

Resende votou contra. "Mesmo após o remédio, tem forte probabilidade de aumento de preços. Minha principal dúvida é se o novo player [concorrente] será efetivamente um rival agressivo. Não me parece cenário crível", disse. A conselheira Cristiane Alkmin o acompanhou no voto.

Para a Arcelor, a operação representa "maior competitividade, com redução de custos e agregação de valor", disse De Paula. "Fizemos estimativas do quanto de economia poderemos chegar com as sinergias, mas agora, com as restrições, precisamos ter certeza do que será vendido. Em um mês teremos isso mais claro."

Segundo a Votorantim, em nota, as duas empresas "sempre acreditaram" nos méritos da operação para gerar sinergias, favorecer clientes e enfrentar os desafios do mercado mundial do aço.

Anunciado há um ano, o acordo entre os dois grupos para reunir as operações de aços longos criaria uma empresa com 5,6 milhões de toneladas em produção de aço bruto e 5,4 milhões de toneladas de laminação. Mesmo com os chamados "remédios", a ArcelorMittal será líder em aços longos no país.

Operação leva grupo do indiano Lakshmi Mittal a se tornar líder de aço longo no Brasil, tirando a posição da Gerdau

Atualmente, a maior vendedora desse tipo de aço, usado especialmente em construção civil, é a Gerdau, seguida por Arcelor e Votorantim. Apesar de a Arcelor dominar mais mercado que a Votorantim, faltava maior exposição exatamente para clientes da construção, que agora poderão ser acessados, disse De Paula.

Outros competidores de menor porte são a mexicana Simec, a CSN, a Sinobras e Silat.

"O acordo tem aptidão para minorar significativamente os riscos concorrenciais. A proposta final foi objeto de nota técnica do Departamento de Estudos Econômicos (DEE), que concluiu que tem significativa redução na pressão por aumento de preços", disse Polyana Vilanova, que foi relatora.

Em setembro, a Superintendência-Geral (SG) do Cade remeteu a palavra final sobre a operação ao plenário do órgão. Apontou a existência de "graves preocupações concorrenciais no mercado de aços longos comuns nacional com a concentração das requerentes [as empresas], dois dos três maiores 'players' nesses mercados".

Com base nisso, o advogado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Leonardo Duarte, defendeu que o negócio fosse reprovado. "A operação gera concentrações elevadíssimas e gerará duopólio no setor de aços longos", disse. O advogado de ArcelorMittal e Votorantim, Ademir Pereira Junior, disse que "a competição é extremamente intensa". Alegou que novos players já representam um terço do mercado de vergalhões, principal segmento de aços longos.

A aquisição chegou para análise ao Cade em abril e teve tramitação atípica. O primeiro relator foi o ex-conselheiro Alexandre Cordeiro. Mas ele teve de interromper ao ser indicado para a SG. Com isso, o caso foi assumido pela conselheira Polyanna Vilanova, indicada para completar o mandato.

O Instituto Nacional das Empresas de Sucata de Ferro e Aço (Inesfa), que, assim como a CSN, era parte interessada contrária ao negócio, classificou a decisão como "um empate". Leonardo Palhares, diretor de relações institucionais da entidade, porém, disse ter sido uma vitória o fato de o setor da sucata ter sido ouvido e contribuído.

"Não estou satisfeito com a decisão. Respeitamos muito o Cade e seu trabalho, e a decisão dividiu os conselheiros, mas não acho que os remédios oferecidos são tão eficazes em minimizar o efeito da concentração", afirmou. "Acho que o foco das restrições ficou muito voltado ao mercado consumidor de aço e não tanto ao fornecedor, como os sucateiros." A CSN não comentou a decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Prejuízo da Paranapanema

A fabricante de cobre refinado Paranapanema registrou prejuízo líquido de R\$ 117,3 milhões no quarto trimestre de 2017, aumento de mais de três vezes em relação ao resultado negativo de 2016. Na mesma base de comparação, a receita subiu 28,3%, de R\$ 916,1 milhões para R\$ 1,1 bilhão. Segundo os demonstrativos financeiros da Paranapanema, a última linha do balanço foi prejudicada, principalmente, pelo resultado financeiro, de R\$ 18,3 milhões

positivos para R\$ 112,8 milhões negativos. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida, na sigla em inglês) ficou positivo em R\$ 20,1 milhões ante número negativo de R\$ 15,12 milhões no quarto trimestre de 2016. O Ebitda anterior foi impactado pela adesão ao programa tributário PERT, que obrigou a companhia a fazer provisões de contingências.

Paradas atingem produção

De acordo com a empresa, nos meses de outubro a dezembro de 2017 foram realizadas paradas, programadas e não programadas, afetando o número de dias de produção, refletindo numa queda pontual de 10% na quantidade produzida do quarto trimestre. Em produtos de cobre, foi comercializado 27,2 mil toneladas no quarto trimestre, queda de 26% comparado ao mesmo período de 2016. Quanto ao cobre primário, a companhia comercializou 21,1 mil toneladas, alta de 98%. No ano, o prejuízo recuou 64%, a R\$ 135,7 milhões, enquanto a receita teve queda de 24%, para R\$ 3,5 bilhões. A empresa afirma que o volume de produção em 2017 foi severamente impactado pela indisponibilidade de linhas de crédito para financiamento do capital do terceiro trimestre.

Petrobras ganha no Cade

O Cade aprovou com restrições a compra da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PSUAPE) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), pertencentes a Petrobras, pela Petrotemex. O acordo, aprovado pelo plenário da autoridade antitruste ontem, prevê apenas obrigações comportamentais e não inclui venda de ativos. A Petrotemex deverá vender PTA, um insumo para a indústria têxtil e para resinas PET, para a M&G por preços e em volumes acordados com o Cade por um período de tempo não especificado.

Lucro da Rio Tinto sobe

A mineradora Rio Tinto registrou, no acumulado de 2017, lucro líquido de US\$ 8,7 bilhões, aumento de 90% em relação aos US\$ 4,6 bilhões registrados no mesmo período de 2016. Excluindo itens não recorrentes, o lucro cresceu 69%, para US\$ 8,6 bilhões. A receita cresceu 18,5%, na mesma base de comparação, de US\$ 34 bilhões para US\$ 40 bilhões. No ano passado, a produção de minério de ferro gerou receita de US\$ 18,2 bilhões, aumento de 25%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Petrobras deve manter venda de ativos após atingir meta**

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, sinalizou que a companhia poderá dar continuidade ao plano de venda de ativos a partir do ano que vem, mesmo que atinja a meta de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. A venda de ativos é um dos pilares de sustentação do plano da estatal de reduzir seu nível de endividamento, medido pela relação dívida líquida sobre Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos atuais 3,2 vezes para 2,5 vezes fim de 2018.

"O que eu vejo, sob o meu ponto de vista, é que a empresa deverá continuar com uma política de gestão de portfólios, onde ela se concentra nos ativos que aumentam valor ou reduzam o seu risco e avalia alternativas para os ativos que não se enquadram nessa equação. Como qualquer empresa do mundo, todas elas fazem isso, uma gestão ativa de portfólio", afirmou Parente, ontem, em café com jornalistas, no Rio.

Parente sinalizou estar em posição confortável com a recuperação dos preços do barril do petróleo. Segundo ele, mantido o cenário atual do preço do Brent, próximo a US\$ 70 o barril, durante o ano, o nível de endividamento da companhia ao fim de 2018 ficaria próximo de 2 vezes, abaixo, portanto, da meta estabelecida para este ano.

Ele explicou que, apenas se a média anual do Brent ficar abaixo de US\$ 62,40, o nível de endividamento estaria acima de 2,5 vezes, desconsiderando outros fatores, como redução de custos. Parente explicou que, nesse caso, para cumprir as metas de redução da dívida, se o cenário de preços se tornar desfavorável e for necessário, a estatal poderá lançar mão de um segundo grupo de ativos para a venda, da ordem de US\$ 5 bilhões, elevando dos atuais US\$ 40 bilhões para US\$ 45 bilhões a carteira potencial de ativos aptos para venda.

Nesse caso, segundo ele, a meta de venda de ativos de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018 poderia ser ultrapassada em até US\$ 5 bilhões. "Como está o mercado hoje, não é necessário [aumentar a carteira de ativos aptos para venda]", ressaltou.

As projeções, contudo, não consideram o impacto do recente acordo com investidores para encerrar a "class action" nos Estados Unidos, por US\$ 2,95 bilhões, em três parcelas. O executivo acrescentou que tem a "convicção" de

que a companhia firmou "o melhor acordo possível" e destacou que a empresa não trabalha com a necessidade de captação imediata. Segundo ele, se fosse necessário, a empresa teria recursos em caixa suficientes para arcar com todo o valor estipulado no acordo, de uma única vez.

Parente comentou também sobre o andamento do atual programa de parcerias e desinvestimentos. Sobre a venda da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), cujo processo foi aberto na terça-feira, ele disse que o fato de a unidade possuir um terreno adjacente com um canal de acesso ao Golfo do México traz um "interesse especial" ao ativo no mercado americano.

Questionado se a existência de passivos ambientais pode prejudicar o valor potencial da refinaria, Parente afirmou que "o mercado é que dirá o valor" do ativo e que o desejo é "obter o melhor resultado possível" com o negócio.

O presidente da Petrobras disse, ainda, que a definição do modelo de negócios do programa de parcerias nas refinarias, no Brasil, se mostrou um processo "mais complexo do que o imaginado". O executivo reiterou a intenção de buscar sócios, mas preferiu não dar prazos para divulgação do modelo do programa de parcerias e disse que não há definições sobre a estrutura societária a ser adotada.

Parente disse esperar também que até em três meses haja novidades sobre uma eventual parceria para investimentos na conclusão da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ). Segundo ele, na semana passada houve uma reunião "muito positiva" sobre o assunto. Embora não confirme a informação, a estatal negocia com a chinesa CNPC uma parceria no parque de refino do Rio.

Ele contou também que as discussões para novas parcerias estratégicas "estão andando". Parente citou, como exemplo, a conclusão da venda do campo de Lapa e da concessão de lara, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Total, e o acordo com a Statoil, para venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos. Além disso, a empresa tem memorandos de entendimento com a ExxonMobil e CNPC e uma carta de intenções com a BP, para potenciais parcerias estratégicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Sócias de Braskem aceleram processo para oferta global

A Odebrecht e a Petrobras trabalham a todo vapor para fazer uma megaoferta global de ações da controlada petroquímica Braskem até junho, no Brasil e nos

Estados Unidos. Contudo, as dificuldades na definição nos contratos de abastecimento de matéria-prima da petroquímica, pela Petrobras, podem jogar um balde de água fria numa das operações com potencial para ser a maior de 2018.

A meta é colocar a oferta na rua até março e vender as ações da Braskem detidas pela estatal na B3 e na Bolsa de Nova York (Nyse) até o fim de junho. Do contrário, o ano acabou para essa transação.

O valor de Braskem em bolsa aponta que o cenário é oportuno: saiu de R\$ 25 bilhões, no começo de 2017, para os atuais R\$ 39 bilhões. Odebrecht têm 38% do capital total e Petrobras, 36%. Na prática, significa que cada uma das controladoras tem mais de R\$ 14 bilhões em ativos.

A Petrobras quer vender sua participação. E a avaliação é que esse ganho em bolsa mais o valor que será "destravado" a partir da unificação das classes de ações da Braskem, que terá capital 100% ordinário, será suficiente para que a estatal se desfaça de seus papéis.

No início do ano, Odebrecht e Petrobras decidiram se engajar para dar velocidade à execução de tudo que fosse necessário para a realização da oferta, o que inclui os contratos de longo prazo de abastecimento (a nafta é a principal matéria-prima, mas são diversas). Impossível apresentar o negócio da petroquímica ao mercado sem oferecer essa segurança ao investidor. Mas, neste momento, algumas divergências quanto aos contratos e a complexidade do assunto mostraram que uma definição pode ser mais demorada do que o previsto. As conversas nesse sentido começaram já fim no ano passado.

A crença das sócias é que as questões serão superadas a tempo. Mas o **Valor** apurou que, apesar do intenso engajamento de todos, a vida prática tem esfriado parte do otimismo dos envolvidos no sucesso do cronograma. Procuradas, Odebrecht, Petrobras e Braskem não comentaram o assunto.

A queda de braço entre Braskem e Petrobras em torno dos preços de matéria-prima é histórica. Foi, inclusive, objeto da Operação Lava-Jato, o que torna qualquer negociação sobre nafta ainda mais sensível. De forma simplificada, a Petrobras busca margem no fornecimento de insumos, enquanto Braskem persegue cotações mais competitivas e próximas às das concorrentes internacionais.

O contrato de nafta em vigor, que tem cinco anos de duração, não é exatamente competitivo. O preço definido corresponde a 102,5% da referência europeia ARA (portos de Roterdã, Amsterdã e Antuérpia), uma das mais altas do mundo. A Braskem sempre defendeu que para a indústria petroquímica

brasileira poder competir em condições mais próximas às dos gigantes do setor, seria necessário incorporar à fórmula de preços a referência americana de Mont Belvieu, usada pelos americanos.

Caso não haja um acordo neste momento sobre o assunto, a saída será levar adiante o contrato anunciado no fim de 2015, que expira em 2020. Procurada, a Braskem informou apenas que "mantém um contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras com vencimento no fim de 2020."

O calendário para vender Braskem é apertado. Em julho, têm início as férias de verão no Hemisfério Norte, o que prejudica grandes ofertas globais. Passada a temporada do descanso, a campanha eleitoral presidencial estará a todo vapor no Brasil, trazendo volatilidade aos mercados. Uma vez definido o presidente do país, começa a discussão sobre a presidência da Petrobras, uma vez que se trata da maior estatal da União.

Conforme o **Valor** antecipou em setembro, Odebrecht e Petrobras concordaram em levar adiante a reorganização societária da Braskem, com a unificação da classe de ações (todas serão ordinárias).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas deve ter balanço melhor

Apesar dos cálculos desencontrados para a última linha do balanço, a expectativa dos analistas é que a Usiminas apresente melhora no resultado do quarto trimestre, que será publicado amanhã. Em termos de vendas, por exemplo, é possível que ela anuncie os números mais altos desde o fim de 2014.

O **Valor** compilou as estimativas de Bank of America Merrill Lynch (BofA), BTG Pactual, Goldman Sachs, J.P. Morgan e Morgan Stanley, e a média dos cálculos aponta para prejuízo líquido de R\$ 4 milhões. No mesmo período de 2016, a siderúrgica teve perda de R\$ 195 milhões. No terceiro trimestre houve lucro de R\$ 76 milhões.

A expectativa desses mesmos bancos é de uma receita líquida em R\$ 2,87 bilhões, 35,6% maior do que no quarto trimestre do ano anterior e alta de 5% frente ao terceiro trimestre. Se confirmada, a performance destoa do comportamento sazonal mais comum da siderurgia, de esfriamento dos negócios no fim do ano. Mas aumentos de preços e recuperação do consumo, de uma base muito baixa, fizeram com que essa fosse a regra para aço planos em 2017.

Em relatório, o J.P. Morgan afirma que o balanço do quarto trimestre deve deixar a companhia no zero a zero. "[Isso é resultado de] uma combinação de maiores preços e volumes mais fortes sobre o terceiro trimestre, compensada por custos maiores na compra de placas e uma deterioração no mix de vendas", diz o banco.

A pressão sobre a rentabilidade se traduz na comparação sequencial, mas de um ano para o outro o cenário é de recuperação. A previsão média para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) é de R\$ 401 milhões, alta de 71,4% ante 2016, mas recuo de 11,5% em relação ao terceiro trimestre.

"Há alguns fatores que têm pouca atenção do mercado. A Mineração Usiminas, por exemplo, está voltando a vender mais e na hora em que o preço do minério de ferro está em alta. Podemos ter boas surpresas", diz Marco Saravalle, analista da XP Investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: PPP de iluminação segue incerta

A Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública de São Paulo, que envolve um contrato de mais de R\$ 7 bilhões, continua sem um resultado. Ontem, durante sessão de habilitação técnica dos proponentes, o consórcio Walks, da qual faz parte a WTorre, chegou a ser desclassificado, pelo descumprimento de regras do edital referente à garantias e também pela presença de uma empresa declarada inidônea dentro do grupo - a Alumini, que participa indiretamente do consórcio.

Depois de apelar da decisão, porém, o consórcio - formado pelas empresas WPR Participações (do grupo WTorre), KS Brasil Led Holdings e Qaatro (controladora da Alumini) - foi classificado provisoriamente, enquanto a comissão da prefeitura avaliará toda a documentação entregue.

Se o Walks for desclassificado, o consórcio FM Rodrigues / Consladel, que havia ficado em segundo lugar, será declarado vencedor.

A sessão realizada ontem foi marcada por desavenças entre as partes. O consórcio Walks tinha sido declarado vencedor provisório na semana passada, quando apresentou uma proposta para realizar o projeto por R\$ 23,3 milhões por mês pelo contrato de 20 anos. A FM Rodrigues, por sua vez, ofereceu R\$ 30,2 milhões por mês.

A abertura dos envelopes com as propostas só foi realizada na semana passada, dois anos depois de terem sido entregues, por determinação da Justiça. A FM Rodrigues e a prefeitura vinham tentando barrar a participação do Walks na licitação.

Segundo Bruno Aurélio, advogado do Walks e sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados, se o Walks for desclassificado, o grupo vai recorrer da decisão da prefeitura no âmbito administrativo e na Justiça, além de também entrar com recurso contra a habilitação da FM Rodrigues.

Já a Secretaria Municipal de Serviços e Obras disse que não utiliza de manobras jurídicas, e afirmou que a conduta da comissão da licitação é pautada pela transparência e cumprimento da lei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Captação da CSN

Disputas entre os controladores e o aumento da volatilidade nos mercados não inviabilizaram a captação da CSN, que está com uma emissão de bônus na rua. A operação está prevista para fechar hoje e até o momento os bancos que participam da oferta identificam demanda dos investidores pelos papéis de dívida externa da CSN. Segundo uma pessoa a par do assunto, a empresa deverá captar a um custo superior ao que teria captado na semana passada, antes da mudança de humor dos mercados. A estimativa é que a empresa pague taxa entre 0,75 ponto e 1 ponto percentual maior por conta da volatilidade. Cerca de 0,50 ponto deve-se ao aumento da taxa do Treasury de dez anos, enquanto o restante corresponde a um maior prêmio de risco. O **Valor** apurou que a CSN está atenta à oscilação de humor dos possíveis investidores, mas que a intenção é seguir com o plano original, de formar preço nesta quinta. **(Vanessa Adachi e Renato Rostás)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Petrobras retoma patamares de 2014 e analistas veem mais ganhos à frente

O recente acerto de contas da Petrobras com a Receita Federal e com a Justiça americana reforçou o potencial de valorização das ações da companhia. Mesmo

com a queda nesses últimos dias, detonada pela correção das bolsas americanas, os papéis sustentam os maiores preços desde 2014, quando a companhia adiou pela primeira vez a publicação de seu balanço e viu seu valor de mercado derreter. Grandes casas mantêm recomendação de compra e já corrigiram para cima o preço-alvo desses papéis, apostando que os ganhos continuem este ano.

O Credit Suisse, por exemplo, que já recomendava compra dos papéis, elevou no dia 29 de janeiro o preço-alvo do recibo de ação (ADR) para US\$ 15. Já o Goldman Sachs mudou sua recomendação de venda para "neutra" e elevou o preço-alvo da ação ordinária (ON) a R\$ 19,30 e da preferencial (PN) a R\$ 20.

Ontem, as PNs cederam diante da queda do petróleo e do ajuste que atingiu a bolsa nos últimos dias. No fechamento, tiveram baixa de 2,75%, a R\$ 19,44. Mesmo assim, sustentam os maiores níveis desde outubro de 2014. A ON cedeu 2,87%, a R\$ 20,98, ainda nos maiores patamares desde setembro daquele ano. As ações também já são negociadas, pela primeira vez desde 2012, perto do seu valor patrimonial. Em dois anos, o valor de mercado da companhia cresceu em aproximadamente R\$ 200 bilhões.

A Petrobras fechou em janeiro acordo que prevê o pagamento de US\$ 2,95 bilhões para encerrar a ação coletiva movida contra a companhia nos Estados Unidos, acusada de causar perdas aos investidores por se envolver em corrupção. Além disso, aderiu ao programa de pagamento e parcelamentos, o Refis, relativo à exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior no afretamento de embarcações entre 2008 e 2014. Com a adesão, a Petrobras pagará R\$ 1,7 bilhão e deve encerrar um imbróglio que soma R\$ 28 bilhões. O impacto negativo no quarto trimestre, porém, será de R\$ 1,1 bilhão.

Esses acertos tiraram de cena duas fontes importantes de risco para os investidores. Por isso, ainda que tenham impacto sobre o resultado da companhia no curto prazo, tornam os papéis mais atrativos. Agora, na visão dos especialistas, a notícia mais aguardada - e que promete ser um claro catalisador - é o acordo em torno do contrato de cessão onerosa. O governo reconheceu que a Petrobras tem pagamentos a receber, embora o montante e a forma do acerto ainda sejam uma dúvida. A definição pode ter efeito direto sobre os preços das ações da empresa.

Além da solução das pendências tributárias e jurídicas, a Petrobras se beneficia de um cenário de alta do preço do petróleo no mercado internacional, da política mais dinâmica de reajustes de preços dos combustíveis e das perspectivas de melhora financeira da companhia.

Mas o ambiente benigno para o mercado de ações como um todo também beneficia, em muito, o desempenho das ações da petroleira. A Petrobras faz parte do chamado "kit Brasil", ou seja, investidores estrangeiros que querem capturar a recuperação da economia em geral e aplicar na bolsa local naturalmente migram para papéis mais líquidos e de maior peso no índice. É isso que explica, inclusive, a diferença entre o preço da ação ordinária e a preferencial. Como o investidor estrangeiro, tradicionalmente, busca os papéis que dão direito a voto, as ONs mantêm um "spread" em relação às PNs, ainda que estas tenham preferência de recebimento na distribuição dos dividendos.

Um outro fator que dá fôlego para os negócios com Petrobras é o múltiplo atual da empresa. Segundo Gustavo Allevato, analista do Santander, há desconto significativo dela em relação a seus pares do setor de óleo e gás no exterior, como ExxonMobil e Shell. Atualmente, o múltiplo "EV/Ebitda" - ou seja, valor de empresa considerando o montante da dívida, em relação ao Ebitda, uma medida de desempenho operacional - está em cerca de 5,6 vezes. Já o de outras empresas do setor está em 7 vezes. "O papel está esticado por causa da melhora geral que o mercado brasileiro teve, mas não justifica um desconto desse tamanho", afirma.

Dividendos, no entanto, a companhia ainda não deve pagar tão cedo. A estatal não distribui proventos desde 2013 e assim deve permanecer ao menos até o ano que vem, quando será pago o dividendo referente ao balanço deste ano, se houver lucro. Isso porque, apesar de ter trabalhado para sanear o seu balanço, o ganho deste ano deve ser bastante afetado, senão transformado em prejuízo, depois que a estatal realizou os acertos com a Justiça americana e com o Fisco.

Para Allevato, o ganho de capital obtido com a venda da fatia da estatal na BR Distribuidora, em dezembro de 2017, deve colaborar com os números finais do balanço do ano, mas não é suficiente para administrar o impacto dos dois pagamentos. "Com esses dois eventos, o lucro será muito pequeno ou nem existir", afirma.

Allevato afirma que confiava, até o começo do ano, na possibilidade dos dividendos saírem neste ano por causa da "excelente gestão" da companhia, ainda que provisões pudessem afetar o balanço - é comum no caso da Petrobras realizar baixas contábeis, quando elas existem, no último trimestre. Depois desses dois grandes eventos, porém, o horizonte se ampliou.

"Existe chance de não haver proventos este ano, mas as pessoas não deveriam estar preocupadas, porque a companhia é hoje muito melhor", afirma um gestor de um grande fundo paulista, que carrega uma posição na ação preferencial da empresa. "Os ajustes devem ser grandes, mas não são recorrentes."

Em novembro de 2014, a Petrobras adiou pela primeira vez a divulgação do balanço do terceiro trimestre, por causa dos impactos causados pela Lava-Jato. A estatal acabou atrasando a publicação das informações uma segunda vez, em dezembro, e só divulgou as demonstrações em janeiro de 2015. A descoberta dos casos de corrupção envolvendo a empresa afetaram sobremaneira as ações. Em 2015, as PNs acumularam perdas de 33,1%, enquanto as ONs cederam 10,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Conselho autoriza novo recurso da Fazenda em disputa com a CSN

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderá apresentar novo recurso para tentar manter multa de R\$ 2,5 bilhões aplicada contra a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu ontem retirar o caso da pauta após esclarecer acórdão publicado em 2014, que teria induzido os procuradores a erro.

A decisão da 1ª Turma (processo nº 19515.723039/2012-79) foi por voto de qualidade - desempate da presidente. O ponto que dividiu os conselheiros foi um erro em acórdão da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção, que analisou o mérito e manteve cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre ganho de capital na operação de aquisição da mineradora Nacional Minérios (Namisa) em 2008.

A cobrança foi mantida sem a multa qualificada de 150%. A empresa decidiu discutir o mérito no Judiciário e a Fazenda Nacional recorreu à Câmara Superior para restabelecer a penalidade de R\$ 2,5 bilhões. O valor total da autuação, de R\$ 8,8 bilhões - incluindo a multa - não foi provisionado.

Para o recurso ser analisado é necessário que ataque os argumentos do voto vencedor. No caso, porém, o acórdão apontava dois votos vencedores na parte da multa, o que gerou confusão e horas de debates no Carf.

Em janeiro, a Câmara Superior decidiu qual dos votos apontados como vencedor era, de fato, o vencedor. Acabaram se decidindo por voto diferente do usado pela Fazenda Nacional em seu recurso. Com isso, surgiu uma nova discussão: a possibilidade de o recurso ser aceito pelo uso de argumentos com base em um erro no acórdão.

Os conselheiros se dividiram em duas frentes. Para os representantes dos contribuintes, ante a confusão no acórdão, a PGFN deveria ter apresentado embargos de declaração para pedir esclarecimentos. Por isso, votaram para negar o recurso, o que daria, automaticamente, vitória à CSN.

A relatora, Daniele Souto Rodrigues Amadio, afirmou que a existência de dois votos vencedores no acórdão era de fácil constatação e a Fazenda não tomou nenhuma providência. "Não vislumbro como se pode permitir que, a pretexto de sanear o recurso, ante dúvida, possa se propor uma nova peça", afirmou.

Para a conselheira Cristiane Silva Costa, seria "coisa de maluco" reabrir o processo. O conselheiro Luís Flávio Neto afirmou que, se fosse explicar para um leigo, diria que a parte tinha obrigação de apresentar embargos, mas não o fez. E o Carf, de ofício, resolveu a obscuridade e deu a possibilidade de ser apresentado novo recurso.

Já os representantes da Fazenda ponderaram que a PGFN foi induzida a erro. O conselheiro Andre Mendes de Moura propôs o saneamento do recurso, que abre novo prazo para o órgão recorrer, agora que foi esclarecido qual o voto válido.

"Nunca vi uma decisão recorrida com essas características, com erros de formalização dessa natureza", afirmou o conselheiro. Para ele, trata-se de uma situação particular e, portanto, não seria um precedente para outros casos.

O conselheiro Flávio Franco Correa concorda que a Fazenda foi induzida a erro. A presidente da turma, conselheira Adriana Gomes Rego tem a mesma posição. "Saneamos o vício. Temos que sanear as consequências também", afirmou.

Após o julgamento, o procurador Marco Aurélio Zortea Marques afirmou que a PGFN não apresentou embargos porque a ementa do acórdão era clara sobre a validade do voto em que se baseou. De acordo com ele, o regimento interno do órgão indica que cabe ao relator do voto vencedor fazer a ementa.

Além disso, acrescentou o procurador, o conselheiro também indica que foi designado para o voto vencedor sobre a multa. "A ementa traz as razões do voto dele", afirma Zortea Marques. Procurada pelo **Valor**, a CSN preferiu não comentar o caso.

Para a advogada Ana Paula Schincariol Lui, do escritório Mattos Filho, que assistiu ao julgamento, essa foi uma situação inédita no Carf e que pode abrir precedente para outros casos. Ela destaca que caberia a apresentação de embargos pela Fazenda Nacional. "O acórdão era obscuro. Não dava para a Câmara Superior tentar corrigir", afirmou.

MME / ASCOM .